BOM DIA FURG 25.06.1992

Bom dia. Rio Grande, 25 de junho de 1992. Os destaques de hoje no Bom Dia FURG.

Os resultados da Assembleia dos Servidores da Universidade e sua opinião sobre a eleição para reitor. Esther Pilar Grossi vai palestrar em Rio Grande. Estamos iniciando o Bom Dia FURG, edição número 325.

A renomada educadora porto-alegrense Esther Pilar Grossi, que atualmente é secretária municipal de Educação e Cultura da capital, aceitou o convite formulado pelo Departamento de Educação e Ciências do Comportamento da Universidade do Rio Grande para vir a esta cidade falar sobre as experiências realizadas pelo GEMPA no campo educacional. A proposta construtivista aplicada e pesquisada pelo GEMPA será o tema central da palestra, que está marcada para o dia 10 de julho, às 19h30, no auditório do Colégio Santa Joana d'Arc. O Departamento de Educação e Ciências do Comportamento da FURG está convidando educadores que atuam em Rio Grande, nas áreas de primeiro, segundo e terceiro graus, e estudantes que se interessarem pelo tema.

As inscrições, mediante pagamento de uma taxa de 3 mil cruzeiros, poderão ser feitas tanto no Departamento, no Campos Carreiros, com a professora Maria Mirta, como na 18ª Delegacia de Ensino. No estúdio do Bom Dia FURG está o José Flávio Ávila, que é um dos coordenadores do Sinteste Sessão Sindical APTA FURG. Na terça-feira, foi realizada a Assembleia dos Servidores da Universidade.

Entre outros assuntos, foram tratados a eleição para reitor e o movimento em nível nacional dos servidores federais, quais foram os resultados dessa Assembleia, José Flávio? Bem, Rosane, a nossa Assembleia teve uma participação muito boa da nossa categoria e nós discutimos, como tu falou, dois pontos principais. Em primeiro lugar, foi feita uma discussão sobre a eleição para reitor, o processo de eleição para reitor, que, no nosso ponto de vista, sofreu alguns retrocessos com relação ao processo passado. Por exemplo, no processo passado, não havia em nenhuma parte do projeto que regulamenta a consulta à comunidade universitária expresso a proibição de alguns membros da comunidade universitária de se candidatarem a reitor.

Essa proposição de agora, que foi aprovada no Conselho Universitário, ela já contém isso expressamente. Por exemplo, os técnicos administrativos não podem fazer parte de nenhuma chapa e os inativos não podem nem votar, nem serem votados. Se restringe a professores ativos, então, os candidatos a reitor? Exato.

Somente professores na ativa podem ser candidatos a reitor na universidade. Na proposta que foi enviada pelos três segmentos, por docentes, técnicos e estudantes, através de suas entidades, esses dois pontos não estavam presentes. E o Conselho Universitário, então, modificou a proposta nesse sentido, impedindo os técnicos administrativos de serem candidatos

e impedindo os inativos de votarem e serem votados.

Até é compreensível que algumas pessoas entendam, por exemplo, que técnicos não podem ser candidatos a reitor. É compreensível também que entendam que os inativos não possam ser candidatos ou não possam participar do processo. Mas o que não é compreensível e não é aceitável é que se proíba expressamente essas pessoas de participar.

Pode-se dar liberdade dessas pessoas de participar. E aí sim, no processo de discussão, no processo de debate da eleição, no processo de votação, vota-se não nessas pessoas, nas propostas que essas pessoas defendem. Vota-se em outras pessoas que apresentam outras propostas que não sejam nem técnicos nem inativos.

Mas impedir de participar do processo é, na nossa visão, uma atitude retrógrata, uma atitude ditatorial, e que parece que pode significar que tem algum tipo de receio de que essas pessoas que votaram a favor disso, tem algum tipo de receio que ou um inativo ou um técnico administrativo tenha a presente uma proposta mais competente, mais coerente do que as propostas que eles possam formular. Me parece isso. E alguma atitude ainda é possível ser tomada? Nós devemos agora tentar ver o que é possível fazer, se cabe algum tipo de recurso ao próprio... Tentar reverter a situação, se cabe algum tipo de recurso ao próprio Conselho.

É óbvio que, por exemplo, se nós verificarmos que os recursos que cabem vão impedir o processo, nós nesse momento veremos se vale a pena tentar impedir o processo, mesmo com esses fatos que ocorreram, apesar do que ocorreu. Se verificarmos que é possível entrar com alguns recursos no Conselho de forma que ele não retroceda, que não impeça mais ainda o processo, que não retroceda mais ainda, nós certamente vamos fazê-lo. E com relação ao segundo assunto tratado na Assembleia, que foi o movimento nacional dos servidores de professores de universidades.

Bem... Qual é o retorno que vocês têm das demais universidades do país? Existem hoje 24 universidades em greve, efetivamente. Alguns outros setores, por exemplo, o pessoal da Previdência, que está em greve em 19 estados. O pessoal do IBGE está em greve em 13 estados.

Existem, na área das escolas de primeiro e segundo grau federais, greve em 17 escolas. E alguns outros setores do serviço público também estão em greve em algumas unidades isoladas. Esse movimento, na realidade, agora tem um eixo principal, um componente principal, que é a busca da isonomia e de reposições salariais.

Nós não abandonamos o eixo de luta contra a privatização da universidade, mesmo porque esse assunto vai voltar a ser discutido no segundo semestre no Congresso Nacional, e nós queremos que ele seja retirado. Não o abandonamos. Mas como conseguimos jogar esse processo de discussão da privatização para o segundo semestre, nós estamos centrando o maior peso da nossa luta a nível nacional na questão salarial.

Nós estamos buscando a questão da isonomia, porque a Constituição diz que deve haver isonomia entre os servidores dos três poderes. O governo enviou um projeto de isonomia ao Congresso Nacional, que não satisfaz basicamente um único item, que são os limitadores de piso e teto. Nós concordamos que deve haver se estipulado um piso e um teto para os vencimentos do Serviço Público Federal.

Agora, para esse projeto do governo, a isonomia se dá através dos salários mais baixos? Exato. O governo propõe que esteja feita a isonomia através dos salários mais baixos. Ele recebe uma lei delegada do Congresso, uma lei que lhe dá poderes para encaminhar a isonomia.

E a proposta é através de gratificações, congelando algumas gratificações já existentes, concedendo outras, retirando outras gratificações. Mas, mesmo assim, ele exclui um leque de quase 13 gratificações existentes hoje desse processo. Essas 13 gratificações existentes, mais ou menos 13 gratificações existentes, elas não entrariam na composição do vencimento e da remuneração para fins de isonomia.

E nós não aceitamos isso de forma nenhuma. Qual é a proposta dos trabalhadores? Bom, a Fasubra e os Servidores Públicos Federais como um todo enviaram um documento ao Ministro do Trabalho e também à Secretaria de Administração Federal que coloca parâmetros nos quais nós entendemos que deva se basear o projeto de isonomia. Existem dois momentos distintos nesse projeto.

Um deles é exatamente esse, estabelecer piso e teto. De que forma? Se pega o maior piso existente hoje, que os servidores públicos têm de várias carreiras, várias tabelas salariais, e aquele deve ser o piso de todos os servidores. E se pega também o maior teto e esse deve ser o teto de todos os servidores.

Esse seria o primeiro momento, estabelecendo esses parâmetros e aí dentro reconstruindo as tabelas dos servidores ainda diferenciadas. Porque existe um componente muito importante na discussão da estrutura das tabelas que é o seguinte, as tabelas estão muito ligadas às carreiras, às descrições dos cargos. Então, num segundo momento, deve ser feita uma comissão técnica que participe os trabalhadores, que participe o governo, que participe membros do Congresso Nacional, membros do Judiciário, para estudarem as funções, os cargos que existem em cada um desses poderes, em cada um dos órgãos desses poderes e tentar unificar o máximo possível para aí sim construir uma tabela unitária de todo o Serviço Público Federal.

Esse seria um segundo momento. E óbvio que isso acompanhado de uma política salarial emergencial, que nós não temos política salarial, para que possa evitar que as perdas salariais continuem se acumulando, como vem acumulando mesmo, a inflação de vinte, vinte e poucos por cento ao mês, a inflação come qualquer ganho salarial que possa se ter. Uma coisa que é importante esclarecer a todos que estão nos ouvindo nesse momento é que esses dois reajustes

salariais que houveram com os Servidores Públicos Federais no início do ano, cem por cento parcelado, e agora oitenta por cento parcelado, mesmo assim o Governo Federal já conseguiu reduzir em cinquenta por cento o valor real da sua folha, sem despedir ninguém, sem demitir ninguém.

Em alguns casos, com incorporação de função aos salários, aos vencimentos, que traz uma repercussão maior, porque existem alguns índices que compõem o contra-cheque, que são sobre o vencimento, o Governo conseguiu reduzir em cinquenta por cento o valor real. Existe uma avaliação do próprio Governo de que a folha de pagamento que ano passado girava em torno de dois bilhões de dólares, de todo o Servidor Público Federal, de todo o país, hoje, esse ano, ela já está em um bilhão de dólares, na metade do ano. Então houve uma redução drástica do poder aquisitivo dos trabalhadores, como demais os demais trabalhadores da iniciativa privada também, mas esse pelo menos tem uma política salarial que consegue recompor um pouco essas suas perdas.

Nós, infelizmente, não temos a polícia salarial e estamos brigando por isso também. Sr. Tecna, por que coincida o acompanhamento deste movimento? Bem, nós tivemos, alguns dias atrás, uma movimentação muito forte, voltada mais especificamente para a questão da proposta de renda constitucional número 56, que encaminhava a privatização das universidades. Nesse momento, nós estamos discutindo que formas de mobilização nós vamos ter para fortalecer o movimento nacional.

Não estamos descartando a possibilidade de entrar em greve, mas não afirmamos que esse vai ser o caminho que vamos tomar. Nós vamos, numa próxima Assembleia, discutir isso. A Assembleia ainda não tem data marcada, estamos esperando chegar alguns documentos de Brasília, porque ontem ocorreram negociações com o governo, e anteontem também, e essas negociações ainda não chegaram informes para nós de como elas se desenrolaram.

Para marcar uma próxima Assembleia e redescutir que caminhos, que formas nós vamos efetivamente fortalecer esse movimento nacional. Muito obrigado pela sua participação, bom dia a todos. Alguma informação a mais para a comunidade universitária? Nós agradecemos, como sempre, a oportunidade de estar aqui, e só queremos colocar para a comunidade universitária a importância fundamental que tem a participação, a discussão, nesse processo eleitoral.

Apesar de todos os retrocessos, como eu já falei, que houveram, é muito importante que a comunidade universitária participe, porque existem pessoas que certamente vão se lançar como candidatos à reitoria, que defendem o projeto de privatização da universidade, que são contra a existência do regime jurídico único nas universidades, que acham que isso é que entrava o encaminhamento da universidade, a administração da universidade. E é fundamental que as pessoas procurem se esclarecer, procurem participar das reuniões, procurem participar das assembleias de sua categoria, dos debates ou assembleias conjuntas que ocorram, para que isso fique claro quem são as pessoas que defendem esse tipo de proposta e quem são as

pessoas que defendem uma proposta diferente dessa, que defendem uma universidade pública, gratuita e de qualidade. Isso é fundamental.

E queremos também pedir a compreensão da comunidade universitária para esse momento que vivem os servidores da universidade com relação ao seu salário. Nós temos exemplos claros de evasão de mão de obra qualificada das universidades face aos baixos salários. A Universidade do Rio Grande fez um concurso público para analista de sistema e não houve um inscrito face ao salário.

O salário do analista de sistema inicial estava em torno de 450 mil cruzeiros, por exemplo, enquanto na iniciativa privada o salário do analista de sistema hoje gira em torno de 2 milhões de cruzeiros. Então essa é a realidade. Existe muito equívoco com relação a como está o salário nas universidades, que é muito alto e na realidade é essa que eu coloquei.

Então a gente pede a compreensão da comunidade e o apoio da comunidade para isso. Porque, sem dúvida nenhuma, com a evasão da mão de obra qualificada, o projeto de privatização da universidade tem mais condições de passar e certamente algumas pessoas estão apostando nisso. E o Bom Dia FURG encerra hoje por aqui.

Estaremos de volta amanhã. Até lá!